

A Estratégia de Reintegração em Angola: uma entrevista com General Antonio Francisco de Andrade, Diretor Geral, IRSEM, Angola.

N&N 2008, no. 4 – 7 de março

Angola é frequentemente considerada como um dos grandes sucessos do MDRP. Quando comparamos sucessos entre programas, nós temos que olhar as diferenças e semelhanças fundamentais entre êles. Não existe uma fórmula que garanta o sucesso; mas, é possível aprender a partir da experiência de cada programa.

Com o intuito de se aprender com o Program Geral de Desmobilização e Reintegração - PGDR, e a sua agência de implementação, o Instituto de Reintegração Sócio-Profissional dos Ex-Militares – IRSEM, o secretariado do MDRP pediu a seu diretor geral, General Antonio Francisco de Andrade, que êle respondesse a algumas perguntas. Aqui estão as suas respostas:

O senhor poderia, por favor, nos explicar o contexto do IRSEM?

Uma abordagem sucinta do contexto do IRSEM assenta e passa, necessária e obrigatoriamente, por uma reflexão do Processo de Paz para Angola.

Queremos dizer com isso que o Instituto de Reintegração Sócio Profissional dos Ex-Militares – IRSEM, foi criado, ao abrigo do Despacho n.º 7/95, de 14 de Abril, na base da necessidade de dotar o Aparelho do Estado de um órgão que se ocupe especialmente do Programa de reintegração sócio profissional e económica dos desmobilizados, no âmbito do processo de Paz, com a finalidade de garantir que a desmobilização e reintegração seja um processo sustentável e perfeitamente enquadrado nos Programas do Governo.

Este desiderato do Governo teve em conta o desejo manifestado pelas demais instituições Nacionais e Internacionais na implementação do projectos de apoio à reintegração dos desmobilizados.



General Andrade,
Diretor Geral, IRSEM

O IRSEM é, afinal e fundamentalmente a Instituição através da qual o Governo Angolano assegura a participação dos demais órgãos da sociedade civil no processo da reintegração, contribuindo assim para a consolidação da Paz, Reconciliação, harmonização e coesão Nacional.

Importa ainda referir que O IRSEM é um sucedâneo do Gabinete Interministerial de apoio aos Desmobilizados das Forças Armadas – GIAMDA, criado ao abrigo do Despacho Presidencial de 15 de Novembro de 1991. na esteira e na visão da implementação do processo de reintegração dos Ex-militares.

No cumprimento da sua missão, o IRSEM esteve sempre na vanguarda do desenvolvimento de acções de implementação dos Programas e Projectos de reintegração do Governo. No quadro actual e no âmbito do Memorando de Entendimento do Luena, implementa o Programa Geral de Desmobilização e Reintegração – PGDR/ADRP e outros Programas do Governo de apoio à reintegração dos desmobilizados dos anteriores processos de PAZ para Angola.

Através dos anos, quais têm sido os maiores desafios para o IRSEM?

A instabilidade político militar vivida após o reinício do conflito interno pós-eleitoral em 1992 constituiu um verdadeiro calcanhar de Aquiles para a prossecução das actividades do IRSEM, mesmo porque a grande maioria dos desmobilizados, por força das circunstâncias, tiveram de ser mobilizados para reintegrar as Forças Armadas de um e de outro lado das partes em conflito.



Atelier de costura sustentado pelo IRSEM

O próprio ambiente de conflito inviabilizou o acesso aos locais onde se encontravam os Ex-militares, confinando assim a actividade de reintegração nos principais centros urbanos onde ainda se podia desenvolver alguma actividade com o grupo alvo.

Foi um desafio de tamanha dimensão, em todos os aspectos, quando se trata ou fala-se em questões de reintegração de Ex-militares num País em guerra. Os factos falam por si e pode ver-se e sentir-se assim o peso dos desafios colocados ao IRSEM nestas circunstâncias.

À estas intempéries junta-se o facto de que o Processo de Paz para Angola conheceu três momentos de desmobilização até ao final das hostilidades e aqui, um dos grandes desafios que surge é a questão da atribuição de benefícios de reintegração num Programa como o PGDR que apesar de priorizar a elegibilidade dos Ex-militares do Memorando de Entendimento do Luena, também assiste os desmobilizados de outros processos anteriores, por um lado e, por outro, a maioria dos

licenciados no quadro do Memorando já foram desmobilizados sucessivamente no quadro do Processo de Bicesse e Lusaka mas que, como já afirmamos, o eclodir da guerra levou a que fossem novamente enquadrados nas Forças Armadas.

Na actualidade, um dos desafios decorre do facto de o Governo angolano, pela primeira vez na história, ter assumido a plenitude da implementação, gestão e execução política, administrativa e técnica do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração – PGDR, solicitando à Comunidade Internacional apoio financeiro complementar para levar a cabo as acções de reintegração num País recentemente saído de um conflito armado devastador que destruiu praticamente todo o tecido de infra-estruturas, vias rodoviárias, sistemas de comunicações e outras redes de vital importância para a coordenação e monitoramento de um processo como é a reintegração de Ex-militares num País extenso e pluri-cultural como Angola.

O progresso, os desafios e as condições económicas em geral, afectam significativamente qualquer processo de reintegração.

Em suma, podemos concluir que entre os maiores desafios para o IRSEM estão a mobilização de parceiros de implementação e mantê-los capacitados; a mobilização oportuna de recursos financeiros e de consultoria adequada, bem como, o envolvimento dos parceiros institucionais de maneira activa, entre outros.

De que modo o aspecto regional do MDRP tem beneficiado o IRSEM?

O Aspecto regional do Programa beneficia o IRSEM, sobretudo na troca de experiências e na percepção comum dos problemas regionais por parte do BM e doadores, o que contribui para alguma flexibilidade na sua forma de actuação.

No contexto do MDRP, Angola tem sido considerada como um dos grandes sucessos. A que é isso devido?

Tal como afirmamos na primeira questão sobre a contextualização do IRSEM, Angola, ao contrário de muitos outros Países do MDRP, já tinha na sua orgânica uma instituição vocacionada à assistência aos Ex- militares, com uma cobertura nacional, o que facilitou a definição do seu Programa de reintegração.

Outrossim, Angola teve duas experiências de processos de Paz anteriores, nomeadamente Bicesse e Lusaka, nos quais foram realizadas acções de reintegração que representaram um aprendizado para o próprio IRSEM e para o Governo.



General Andrade discursando os parceiros do MDRP

Notícias e Notável

Assim, pensamos que os grandes sucessos alcançados se devem a varias coisas. Essencialmente, ao facto da maturidade e consciência dos angolanos quanto aos efeitos nefastos da guerra e da sua vontade e determinação de reverter a situação, permitindo a consolidação da Paz e Harmonização Nacional. Junto a isso é o facto da apropriação Nacional, desde a concepção, fase piloto e arranque efectivo da implementação do PGDR/ADRP pelo Governo, assumindo na totalidade, a responsabilidade pela sua implementação, gestão política e monitoria do processo de acantonamento, desarmamento, desmobilização e reinserção, contribuiu decisivamente para o avanço do Programa.

Também, a experiência dos processos de reintegração antecedentes que propiciaram uma mudança de mentalidade e postura dos próprios beneficiários, incluindo a sua vontade de se reintegrar. Ainda mais, é inegável que o sucesso atingido se deve à incondicional e abnegada entrega dos funcionários da Instituição que, reforçados por consultoria activa resultaram em ganhos para o Programa, mesmo sem qualquer outra contrapartida do Programa, não poupam esforços para cada vez mais desenvolver e melhorar os mecanismos de gestão, execução e monitoria que, apesar das debilidades da sua capacidade institucional, para responder à dimensão do Programa, influem sobremaneira na melhoria da qualidade de supervisão.

A participação da sociedade civil e do sector privado na identificação e prestação de serviços de reintegração é outro factor de realce para o nível de qualidade atingido. Além disso, o diálogo permanente com a equipa do Banco Mundial para a busca das melhores soluções para os vários problemas que se apresentam permite que se ultrapassem com relativa facilidade os desafios apresentados.



Beneficiários do programa
trabalhando no campo

Ainda assim a abordagem do Programa orientada para a procura, isto é, da base ao topo, constitui, sem sombra de dúvidas, um factor preponderante para o sucesso da implementação dos projectos de apoio à reintegração.

Mesmo o PGDR sendo um sucesso, o que poderia ter sido feito para melhorar ainda mais a sua qualidade?

As lições aprendidas, e as recomendações das avaliações externas sugerem uma amplificação dos objectivos do Programa e a sua integração numa estratégia articulada ao nível nacional e local, numa perspectiva de desenvolvimento social e económico

Actualmente, o carácter de emergência das acções do PGDR pode ser considerado ultrapassado, sugerindo-se uma maior aposta em projectos de carácter sustentado e conducentes ao desenvolvimento em geral.

Notícias e Notável

Entretanto, pensamos que ter-se-ia melhorado a qualidade da implementação do Programa se fossem observados alguns aspectos.

Um aspecto seria o planeamento do PGDR tendo em conta as variações geográficas no tipo de solo, relativamente à componente agrícola, disponibilidade de mão-de-obra e acesso ao mercado cuja combinação resultou em impactos diferenciados em cada Província.

Outro seria a melhoria da coordenação das sinergias quer ao nível dos parceiros, quer com outros Programas executados por outras instituições e agências relacionadas com Ex-militares. Sendo para os grupos vulneráveis muito importante uma melhor articulação com parceiros especializados. Ainda mais, o desenvolvimento simultâneo de oportunidades complementares através da inclusão dos Ex-militares em outros projectos de desenvolvimento implementados pelo Governo e por outras organizações, o que certamente proporcionaria um desenvolvimento sustentável no processo de reintegração.

Finalmente, a definição de formas mais equilibradas de remuneração ao staff local do Programas e o pagamento de incentivos financeiros aos funcionários da Instituição implementadora directamente ligados ao Programa, constituiria um elemento de motivação para maior empenho nas suas actividades

Quais são algumas das lições aprendidas pelo IRSEM?

Entre as principais lições apreendidas como boas práticas na execução do PGDR incluímos: uma abordagem baseada na procura, uma estratégia local de reintegração, o estabelecimento de um quadro alargado de parcerias, a criação de um Sistema de Informação para a Gestão eficaz, e a implementação de mecanismos de seguimento dos beneficiários, na fase pós-serviços de apoio à sua reintegração.

No futuro, como o senhor pretende utilizar este aprendizado para o reforço dos Programas de reintegração que serão implementados pelo Governo?

As lições acima indicadas terão grande utilidade nas futuras acções do Governo pois, as experiências anteriores constituem um valor acrescido.

Não pretendemos que as lições sejam copiadas de forma mecânica, mas que sejam sempre adaptadas ao contexto e dinamismo das acções futuras

Apesar do período bastante curto para a implementação de um Programa como o PGDR, se atendermos à sua magnitude e às circunstâncias, temos de reconhecer que tivemos ganhos significativos que, inclusive, temos vindo a partilhar com Países da região que implementam Programas de reintegração no quadro do MDRP.

Naturalmente se nós partilhámos estas experiências positivas, também procuramos tirar o maior proveito incorporando estas práticas no reforço da operacionalização dos Programas de reintegração

Notícias e Notável

como é o caso do Programa do Governo para o Reforço da Reintegração dos Ex-militares recentemente aprovado, que visa apoiar a reintegração económica e sócio-profissional dos desmobilizados que, por razões inerentes à dinâmica do processo político e administrativo não tenham sido ainda abrangidos por nenhum Programa de reintegração.

Quais são os maiores desafios a serem encontrados pela frente?

Na qualidade de órgão executor da política de reintegração do Governo, no âmbito da prossecução das atribuições do Instituto e das acções de apoio à reintegração do Grupo Alvo, o passado e o presente nos proporcionam uma visualização mais consentânea dos potenciais desafios futuros para os quais preconizamos potenciais medidas que possam adequar-se como mais profícuos para o melhoramento dos serviços a prestar à sociedade angolana em geral, na perspectiva de contribuir para o grande desafio do Governo relativamente à estratégia do Programa Nacional de redução da pobreza.

Apesar de um visível e franco desenvolvimento, Angola está ainda a recuperar de muitos danos da guerra civil e a melhoria das condições têm resultado num aumento do número de oportunidades de reintegração, melhoria nos cuidados de saúde e educação, melhoria das condições das estradas e outras infra-estruturas, influem positivamente no processo de reintegração dos Ex-militares mas ainda permanecem muitos desafios nas actuais condições económicas do País.

Neste contexto, apresentam-se-nos muitos desafios. Por exemplo, o incremento da capacidade operacional do IRSEM a nível Central e Provincial, adequando-o como Instituto público de jure e de facto. Ainda mais, é preciso melhorar e adequar o Sistema de Informação para Gestão – SIG e o seu acesso por todos os actores envolvidos no processo de reintegração e respectivos mecanismos de monitoria.

Também teremos que fortalecer a colaboração e coordenação com outras instituições e Programas do Governo. Teremos que apostar na modernização agrícola para sustentabilidade do desenvolvimento agro-industrial dos projectos dos Ex-militares e fortalecer os esforços de atendimento dos Grupos Vulneráveis mormente dos Ex-militares Portadores de Deficiência. Ainda mais, será necessário promover as iniciativas dos beneficiários, direccionadas para o associativismo/cooperativismo; melhorar e simplificar o processo de aprovação e de processamento de projectos; e desenvolver e intensificar a execução de projectos de Ex-militares que optaram pelo meio urbano e que, por estratégia inicial do Programa que priorizou o desenvolvimento de projectos agro-pecuários no meio rural relegou as actividades de formação, capacitação sócio-profissional na base do reconhecimento das competências profissionais adquiridas no contexto da guerra por uma



Ex-militar em Angola

Notícias e Notável

grande maioria de Ex-militares que hoje povoam o mercado urbano se torna necessário e urgente o apoio para iniciativas de desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento através de Programas adaptados ao meio urbano, como o micro-crédito.

Em geral, os angolanos sabem da existência e trabalho do IRSEM?

Sim, apesar das limitações de ordem financeira, O IRSEM teve sempre consciência da divulgação das suas actividades relativas ao seu objecto social através da produção de revistas, boletins informativos, entrevistas nos meios de comunicação social e outros e, no quadro do PGDR, elaborou um Programa específico para esse fim, o Programa Nacional de Informação, Sensibilização, Aconselhamento e Referência – PRONAI SAR cujo material de divulgação incide sobretudo no fenómeno “reintegração de ex-militares”, para melhoria da percepção geral da sociedade Angolana e não só, sobre as acções desenvolvidas pelo Governo neste âmbito.

Em sua opinião, como os angolanos vêem os Ex-militares quando eles retornam às suas comunidades?

Foi e continua a ser desenvolvida para os ex-militares e as comunidades de acolhimento acções de sensibilização através do já referido Programa (PRONAI SAR), para facilitar a reintegração social dos ex-militares nas comunidades.

Por outro lado, os Angolanos estão cientes de que a Paz é definitiva e o Governo desenvolve acções de assistência paralela nas comunidades para evitar potenciais focos de tensão nas áreas de reassentamento.

O facto da maioria dos Ex-militares continuarem inseridos nas comunidades que eles mesmo escolheram é um forte indicador de que essas comunidades receberam de braços abertos os Ex-militares no espírito da consolidação da Paz e Reconciliação nacional.

Pessoalmente, qual tem sido o aspecto mais gratificante do vosso trabalho com o IRSEM?

É bastante gratificante constatar que as acções do PGDR de facto contribuem para a reintegração efectiva de ex-militares e seus familiares bem como de populações vulneráveis das comunidades e produzem impacto social positivo nos locais de implementação.

Destacamos como exemplo, para além da reintegração sócio-económica dos beneficiários do Programa, com a geração de rendimento para a seu auto sustento, o ingresso de menores no sistema de ensino, alfabetização de adultos, e assistência de saúde, através da construção e reabilitação de escolas, postos médicos; realização de outros trabalhos comunitários como construção de jangos, valas de irrigação e outros serviços que contribuem substancialmente para a melhoria das vida dos cidadãos.

Com o fim do MDRP se aproximando rapidamente, quais são as vossas opiniões sobre o futuro do IRSEM?

Notícias e Notável

Temos em preparação uma estratégia de transição e sustentabilidade das acções realizadas no quadro do PGDR a ser remetida a apreciação do Governo.

Na qualidade de Instituição vocacionada, o IRSEM será chamado a participar em acções futuras do Governo em prol da reintegração dos ex-militares que passa necessariamente pelo incremento da capacidade institucional do IRSEM a nível Central e Provincial, adequando-o como Instituto público de jure e de facto.

Quais são as vossas esperanças para Angola durante os próximos anos?

Os cinco anos de Paz vividos até a data presente abrem grandes expectativas para o desenvolvimento e crescimento sócio-económico do País.

São já visíveis os esforços de reconstrução implementados pelo Governo e outros actores da sociedade, num momento em que todo apoio externo para o desenvolvimento do País é bem-vindo.

Neste contexto o nosso estado de espírito é de uma Angola em Paz efectiva, onde todos os angolanos se sintam incluídos e convivam na diferença em harmonia e coesão Nacional.

Para obter mais informações sobre o MDRP, visite www.mdrp.org ou contacte o Bruno Donat, Communication Officer, MDRP Secretariat, World Bank at info@mdrp.org.